

EDUCAÇÃO E SEUS DESAFIOS EM UMA ESCOLA DO CAMPO COM ENSINO PRESENCIAL MEDIADO POR TECNOLOGIA

Alciraíne Queiroz¹

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo analisar ensino presencial mediado por tecnologia é um projeto desenvolvido pelo governo do estado do Amazonas que propõe levar educação a população das comunidades rurais distantes dos grandes centros urbanos. O presente artigo disserta sobre as características do ensino presencial com mediação tecnológica nas comunidades rurais e seus desafios, com ênfase na escola “Liberdade”. O mesmo está dividido em introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e conclusão. No referencial apresentamos um resumo da história do ensino presencial com mediação tecnologia, suas características e seus desafios. A metodologia contém as particularidades e o passo a passo da elaboração do estudo. Nos resultados foram feitas descrições e as discussões dos problemas encontrados. Já na conclusão é realizado o fechamento do trabalho com ênfase na necessidade de novas pesquisas sobre a temática de estudo. Encontrou-se uma série de problemas na execução do projeto na escola pesquisada, tais como: adaptação inadequada do calendário escolar, ausência de transporte escolar, insuficiência de recursos e materiais para o suprimento dos alunos e funcionamento da escola, parcerias que nem sempre funcionam, gestão autoritária entre outros. Portanto, a pesquisa demonstrou a necessidade de mudanças significativas na instituição pesquisada, para que o ensino de qualidade realmente aconteça, além da necessidade de mais estudos sobre o referido tema.

Palavras-chave: Educação. Ensino Mediado. Cemeam. Comunidades do Campo.

INTRODUÇÃO

O ensino presencial mediado por tecnologia é um projeto desenvolvido pelo governo do estado do Amazonas para levar educação a população das comunidades rurais distantes dos grandes centros urbanos. Neste sentido, as

¹ Graduado em Educação Física (Licenciatura) pela Universidade do Estado do Amazonas (2018) e História pelo Centro Universitário Faveni (2021). Especialista em Educação Física Escolar pela Faculdade UNINA, Docência no Ensino Superior (UNIASSEVI) e Historiografia Brasileira (FARESE). Atualmente é professor temporário - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC) e professor efetivo da Secretaria municipal de Educação de Novo Aripuanã-Am (SEMED). E-mail: alciraínepinto@gmail.com.

aulas são transmitidas da capital via IPTV para os municípios do interior onde os alunos e professores presenciais se reúnem para acompanhar as aulas.

Apesar de todos os avanços alcançados nas últimas décadas na área da educação no meio rural, ainda necessita-se de ganhos significativos para que se tenha um ensino de qualidade nas comunidades do campo, principalmente nas localidades mais distantes das cidades e de difícil acesso. Neste sentido, o ensino presencial com mediação tecnológica apresenta-se como solução para minimizar tais problemas, levando conhecimento a um povo que durante anos conviveu e ainda convive com a ausência do Estado.

O presente artigo disserta sobre as características do ensino presencial com mediação tecnológica nas comunidades rurais e seus desafios, com ênfase na escola “Liberdade”. O mesmo está dividido em introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e conclusão. Na introdução temos a apresentação do trabalho e seus objetivos, no referencial apresentamos um resumo da história do ensino presencial com mediação tecnologia, suas características e seus desafios. A metodologia contém as particularidades e o passo a passo da elaboração do estudo. Nos resultados foram feitas descrições e as discussões dos problemas encontrados. Já na conclusão é realizado o fechamento do trabalho com ênfase na necessidade de novas pesquisas sobre a temática de estudo.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivos: Conhecer o projeto Ensino Presencial com mediação tecnológica na comunidade “Esperança”. Analisar as características e desafios desta modalidade de ensino na zona rural. Descrever as dificuldades enfrentadas pelos docentes e discentes da escola em estudo.

ENSINO PRESENCIAL COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

O ensino presencial com mediação tecnológica surge como uma alternativa para levar educação às populações do campo, que vivem em comunidades distantes dos grandes centros urbanos e pouco povoadas. As



aulas são transmitidas da capital do estado via satélite para distintas comunidades rurais espalhadas pelo imenso território amazonense. O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de campo, que consiste na observação de fatos e fenômenos pelo pesquisador, além do registro das variáveis que o mesmo julga importantes para analisá-lo.

Para os moradores das comunidades ribeirinhas e de outros locais de difícil acesso na Amazônia, por muitos anos, o direito à Educação foi apenas um sonho. Geralmente, são localidades que estão distantes geograficamente das grandes cidades que concentram os maiores investimentos em todas as áreas. É evidente que a não priorização de recursos para esses lugares faz com que os moradores enfrentem dificuldades para se desenvolverem, o que impõe às pessoas destes povoados a falta de acesso aos direitos básicos, tais como a Educação (LUBIANA, 2022, p.2).

Nesse sentido, o ensino presencial com mediação tecnológica busca diminuir a grande discrepância entre o ensino oferecido na zona urbana e rural, sendo que desde o início de sua história o Estado brasileiro sempre priorizou a primeira em detrimento da segunda. Quando se fala da região amazônica, em decorrência das peculiaridades locais, como a grande quantidade de comunidades localizadas distantes das cidades e de difícil acesso, as políticas públicas em educação ou não chegam ou são aplicadas de forma ineficaz.

Sobre o surgimento do ensino presencial com mediação tecnológica no Amazonas, o mesmo surgiu através de uma iniciativa do governo do estado, iniciando as atividades nos municípios no ano de 2007. Nos últimos anos o projeto vem alcançando cada vez mais comunidades, demonstrando que a referida alternativa tem alcançado os objetivos propostos inicialmente.

Uma iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, implementado através da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC/AM). Ele foi criado pela Resolução nº 27/2006 - CEE/AM e iniciou as atividades no ano de 2007, na zona rural de seus 62 municípios. O Projeto surgiu de uma necessidade emergencial, além de promover a inclusão educacional e social do estudante, passando a integrar o conjunto das políticas públicas de educação do Estado por meio do Programa de Aceleração do Desenvolvimento Educacional do Amazonas (PADEAM), no ano de 2012 (AZÊDO, 2022, p. 168).



De acordo com Melo Neto (2012) o surgimento do projeto Ensino Presencial Mediado por Tecnologia se deu em decorrência de alguns desafios vivenciados no estado do Amazonas, sendo um deles levar educação para um grande quantitativo de alunos moradores das comunidades rurais e que não tinham acesso ao ensino médio. As peculiaridades logísticas do estado, em decorrentes de seu amplo território, apresentavam-se como dificultadoras para a implantação do ensino regular em todas as localidades com presença de alunos.

Realizar projetos educacionais no Estado do Amazonas tem como desafio inicial sua imensa malha hidrográfica natural, considerada a maior do mundo. De acordo com o IBGE, são mais de mil rios, limitando o acesso rodoviário no Estado. São apenas 62 municípios em 1,6 milhões de Km² o que equivale a 1/5 do território nacional, com baixa densidade demográfica. O desafio logístico esbarra ainda no fornecimento precário de energia elétrica na região Amazônica, principalmente nas comunidades rurais, e na carência de infraestrutura em telecomunicações (MELO NETO, 2012, p.6).

Ainda sobre os desafios de levar educação a todas as comunidades camponesas estado do Amazonas, Maia (2010) destaca a diversidade de obstáculos que dificultam a implantação do ensino regular em todas as localidades habitadas do estado. Diante disso o Ensino Presencial Mediado por Tecnologia desponta como uma alternativa capaz de superar tais empecilhos sem comprometer a qualidade do ensino.

Aliados à imensidão, vários outros obstáculos apresentam-se, tais como: as características climáticas e geográficas peculiares da Região Amazônica; os meios de locomoção; a vazante dos rios, que são suas principais vias trafegáveis; a falta de profissionais docentes com qualificação em todos os componentes curriculares da segunda etapa da Educação Básica (MAIA, 2010, p. 47).

As aulas transmitidas pelo Centro de Mídias são ministradas por profissionais com formações específicas em suas respectivas áreas, somado a estrutura oferecida pelo Centro de Mídias do Amazonas de onde as aulas são transmitidas, permite a transmissão de conteúdos com nível de qualidade elevada. O sistema conta ainda com a presença dos professores presenciais responsáveis por auxiliar os alunos nas referidas comunidades onde os discentes recebem as transmissões.

As aulas oferecidas pelo CEMEAM são ministradas por professores especialistas das áreas de conhecimento da rede estadual de ensino, lotados na sede do Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM) na capital Manaus, local em que as aulas são transmitidas. Os docentes especialistas de cada componente curricular que atuam nos estúdios televisivos são chamados de Professores Ministrantes por possuírem formação nas áreas específicas de conhecimento (NASCIMENTO, 2018, p. 15).

Os discentes nas comunidades rurais, onde se reúnem diariamente para assistir as aulas, são acompanhados pelos professores presenciais. Esses profissionais, através das orientações propostas nos planos de aula, realizam as orientações para a execução pelos alunos das atividades didáticas enviadas pelos professores especialistas dos referidos componentes curriculares.

Os professores presenciais lotados em cada sala de aula distribuídas nas comunidades rurais são coparticipantes do fazer pedagógico no cotidiano da sala de aula e, por meio das orientações propostas nos Planos de Aula (PA) executam os procedimentos didáticos elaboradas pelo professor especialista de cada componente curricular. Estas atribuições estão estabelecidas na Proposta Pedagógica Curricular do CEMEAM apresentadas em anexo (NASCIMENTO, 2018, p. 15).

O sistema utilizado para transmissão das aulas, além de permitir a chegada das vídeoaulas nas comunidades, permite também a interação entre alunos e professores das escolas rurais com os discentes nos estúdios de transmissão na capital, na qual podem interagir para tirar dúvidas, apresentar as dinâmicas locais ou mesmo contribuir com suas opiniões. Valente (2011, p. 30), ressalta que o advento da internet foi fundamental para a implementação de projetos como este, pois “criou meios para que essas interações sejam intensas, permitindo o acompanhamento do aluno e a criação de condições para o professor “estar junto” (ao lado do aluno) vivenciando e auxiliando-o a resolver seus problemas virtualmente”.

O ensino à distância (EAD), modalidade utilizada pelo ensino presencial com mediação tecnológica para chegar até as comunidades rurais, tornou-se um instrumento de democratização do ensino que tem facilitado o acesso à educação a milhares de brasileiros nos lugares mais longínquos do Brasil. De acordo com Gonzalez (2005, p. 25) a EAD foi oficializada no país através da Lei de Diretrizes Bases da Educação de 1996.

Legalmente o EAD, foi oficializado no Brasil em 1996, pela LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996, pelo decreto N°. 2494 de 10 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União –DOU – de 11-02-1998, decreto N° 2561, de 27 de abril de 1998 e pela portaria ministerial n° 301, de 7 de abril de 1998 publicada no DOU de 9/4/1998. Seus percussores, os antigos cursos por correspondência, e mais recentemente, os telecursos ganharam vida nova com advento da Internet (GONZALEZ, 2005, p. 25).

Apesar do ensino mediado por tecnologia utilizar muitas ferramentas do Ensino a Distância (EAD) e possuir certas semelhanças são modelos de ensino diferentes. O projeto executado pelo Centro de Mídias do Amazonas, diferente da modalidade tradicional das aulas EAD, trabalha com transmissão de aulas ao vivo e a presença dos professores presenciais, somados a estrutura do kit tecnológico instalado nas salas de aula, permite a realização de interações com os profissionais do estúdio na capital no momento exato das transmissões (NASCIMENTO, 2018, p. 27).

Desafios educacionais no ensino presencial mediado por tecnologia nas comunidades ribeirinhas

O Brasil é um país marcado historicamente pela pouca atenção dada pelos governantes a educação, apesar de nas últimas décadas termos alcançado avanços significativos nesta área, principalmente quando comparamos com o século anterior. Não obstante as melhorias, em muitas localidades do território brasileiro, a qualidade dos serviços oferecidos a população ainda deixam a desejar.

Sabe-se que a estrutura oferecida na maioria das escolas públicas brasileiras não é das mais favoráveis para educação. Na região norte esse processo se agrava mais à medida que temos a questão geográfica como fator preponderante o qual aumenta consideravelmente os custos de alocação de recursos e o deslocamento de pessoas (NASCIMENTO, 2018, p. 45).

A realidade vivenciada em muitas escolas nas comunidades rurais na região amazônica demonstra a complexidade do problema educacional em nosso país, pois diferente das escolas localizadas nos grandes centros urbanos, o dia a dia para docentes e discentes em muitas escolas do campo é completamente diferente. São instituições onde é comum faltar quase tudo, a exceção da coragem dos profissionais e vontade dos alunos, que mesmo em



condições desfavoráveis persistem na busca pela construção do conhecimento.

A realidade vivenciada pelos sujeitos nas escolas existentes no campo ainda denuncia imensos desafios que precisam ser enfrentados para que possamos cumprir os preceitos constitucionais existentes e os marcos operacionais definidos em legislações específicas, que definem os parâmetros de qualidade do ensino público conquistados com as lutas dos movimentos sociais populares do campo (HAGE, 2005, p. 17).

Entre os principais problemas que desafiam a prática educativa nas instituições de ensino em muitas escolas camponesas destacam-se: escolas sem estrutura adequada para o desenvolvimento de um trabalho educativo que gere aprendizagem, ausência de materiais pedagógicos, falta ou precariedade do transporte escolar, insuficiência ou mesmo inexistência de ajuda de custo para o deslocamento dos profissionais que atuam nestas localidades. São apenas alguns dos problemas que fazem parte do cotidiano da educação em muitas instituições de ensino no campo.

Assim como as escolas com problemas sérios, encontramos professores que conseguem comunicar-se de forma significativa com seus alunos e ajudá-los a aprender apesar das limitações organizacionais e contribuem para transformar a escola em um espaço criador, em uma comunidade de aprendizagem fazendo uso das tecnologias disponíveis (MORAN, 2003, p. 151).

Diante das dificuldades e da carência de políticas públicas, os professores destacam-se como os grandes protagonistas no funcionamento destas instituições, pois apesar de todos os desafios conseguem através de muita dedicação e criatividade levar conhecimento à parcela significativa da população brasileira que vive nestas comunidades. No entanto, apesar de todo esforço e dedicação, raras as exceções, conseguem preparar os discentes para que ao final da educação básica consigam disputar em termos de igualdade uma vaga na universidade ou mesmo oportunidades no mercado de trabalho, com alunos das escolas com recursos e estrutura de qualidade, principalmente da zona urbana.

Hage; Cruz (2015) também descrevem sobre os problemas existentes nas escolas localizadas em comunidades distantes das grandes cidades, onde



as condições vivenciadas por alunos e professores são totalmente desmotivantes. O autor descreve a realidade da educação no campo da seguinte forma:

Infelizmente, a realidade educacional brasileira, ainda denuncia que é no campo onde identificamos os maiores índices de analfabetismo, escolas com infraestrutura precária, altas taxas de exclusão escolar, as maiores taxas de professores sem formação e com vínculo empregatício precário, os currículos que não consideram os saberes locais e o fechamento de escolas, especialmente nas pequenas comunidades rurais, onde o número de estudantes existente é compatível com a configuração sociocultural e territorial dessas comunidades (HAGE; CRUZ, 2015, p.6).

É notório as dificuldades e até mesmo falta de vontade dos governantes e autoridades em implementar políticas educacionais sérias e eficazes que vá ao encontro das necessidades das populações do campo. A prova disso, é que atualmente ainda existem escolas rurais que utilizam o mesmo planejamento das instituições da cidade, demonstrando total desrespeito por parte do poder público para com as peculiaridades culturais destas populações. Diante da ausência do poder público, os movimentos sociais tem exercido certo protagonismo na luta por uma educação de qualidade e que seja pensada de acordo com as características locais dos povos do campo. “O movimento social é mais exigente porque nos situa no terreno dos direitos, nos leva a vincular educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania. O direito colocou a educação no terreno dos grandes valores da vida e da formação humana” (CORRÊA; SILVA, 2015, p. 35).

Soma-se a todos os problemas já mencionados anteriormente as dificuldades causadas pelas características naturais da região, que com suas peculiaridades desafiam o deslocamento e o trabalho das pessoas nas comunidades amazônicas. Diante da realidade, a superação de tais desafios requer investimentos e planejamento por parte do poder público de forma que as dificuldades sejam minimizadas, algo ainda distante do panorama atual.

Aliados à imensidão, vários outros obstáculos apresentam-se, tais como: as características climáticas e geográficas peculiares da Região Amazônica; os meios de locomoção; a vazante dos rios, que são suas principais vias trafegáveis; a falta de profissionais docentes com



qualificação em todos os componentes curriculares da segunda etapa da Educação Básica (que é um problema nacional, não apenas amazônico). Essas são apenas algumas das dificuldades que transformam essa tarefa em um verdadeiro desafio (MAIA, 2011, p. 3).

Diante do exposto, convém destacar a necessidade de repensar as políticas atuais, e até mesmo discutir novas propostas educacionais para a população do campo, levando em conta as reais necessidades destes povos, isso implica em inseri-los nos debates e discussões acerca das decisões a serem tomadas. Os desafios educacionais existentes nas comunidades camponesas exigem muito mais que a promulgação de legislações e diretrizes, as vezes até desconexas das realidades, é necessário a participação efetiva e contínua do Estado com políticas públicas eficientes que sejam capazes de minimizar as dificuldades e proporcionar um ambiente propício a aprendizagem.

METODOLOGIA

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de campo, que para Prodanov; Freitas (2013, p. 59) “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los”. De acordo com os objetivos, configura-se como uma pesquisa qualitativa, para Silva; Menezes (2005, p. 27) o estudo qualitativo é aquele que “não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente”. Os dados foram coletados no período de julho a setembro de 2023 na escola “Liberdade” localizada na comunidade “Esperança” situada no rio “Caminho Suave”, por questões éticas foram dados nomes fictícios a escola, comunidade e rio.

A coleta de dados ocorreu através da técnica de observação, que segundo Prodanov; Freitas (2013, p. 104) ocorre “quando utilizamos os sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade.”. Os fatos observados no decorrer da coleta de dados foram registrados em



anotações para posterior elaboração do trabalho, ainda no período da pesquisa em campo realizou-se revisão bibliográfica através de artigos, monografias e dissertações para maior aprofundamento do tema, as buscas pelos referidos documentos foram feitos na internet através das bases de dados Scielo e Google Acadêmico, selecionou-se apenas trabalhos condizentes com o tema da pesquisa, após a leitura e seleção iniciou-se a escrita do presente artigo.

RESULTADOS

Um dos problemas observados na escola e que interfere diretamente na aprendizagem dos alunos é a forma de organização do ano letivo, já que o mesmo é organizado em alternâncias, algo permitido pelas legislações atuais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu Art. 28 deixa claro que:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

O problema é que as aulas são transmitidas pelo IPTV, o qual possui um cronograma de transmissão regular para todo o estado, ou seja, os alunos da escola em questão param durante determinado período de tempo mas as transmissões continuam, deste modo os discentes perdem conteúdos e até disciplinas inteiras, quando voltam para a próxima alternância o professor presencial que deveria repor as aulas perdidas se depara com uma série de dificuldades, sendo uma delas a falta de domínio em muitos conteúdos, já que não possui formação em todas as áreas. Diante dos fatos observa-se uma adaptação inadequada do calendário escolar, pois tal ajuste é incompatível com o sistema de transmissão do CEMEAM, prejudicando a aprendizagem dos alunos.

As dificuldades para os alunos chegarem a instituição de ensino é outro desafio desmotivante, a escola fica localizada em um local de difícil acesso, e pelo fato de ser a única que oferece ensino médio na região, atende alunos de variadas comunidades, algumas com distância de até um dia de viagem. No período da seca, além da distância o trajeto até a escola oferece alguns outros obstáculos desafiadores, pois surgem ao longo do caminho cachoeiras, pedras, bancos de areia e troncos de árvores dificultando a navegação e aumentando os riscos de acidentes. Para tornar a situação ainda mais complexa, até o momento da elaboração deste trabalho o estado não vem cumprindo com seu dever de oferecer o transporte escolar aos alunos, ou seja, os discentes viajam em suas próprias embarcações (canoas), sem segurança alguma, algo que vai na contramão do que preconiza a Constituição Federal em seu Art. 208.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (BRASIL, 1988, p. 124).

Outro problema que necessita de ajustes são as parcerias da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC) com as escolas das comunidades onde são implantados os equipamentos do ensino presencial com mediação tecnológica, no caso da escola em questão, parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), observa-se conflitos de interesses e incompatibilidades de horários para a execução do cronograma de atividades das duas instituições. Já que o ano letivo é organizado em alternâncias, para o cumprimento do calendário escolar com os dias letivos exigidos pelas legislações atuais é necessário a disponibilização de dois turnos, um para os alunos assistirem as aulas através das transmissões via IPTV e outro para os professores reporem os conteúdos que os discentes não tiveram acesso no



período de ausência em decorrência das alternâncias, algo que nem sempre é aceito e disponibilizado pelo gestor da FAS que toma as decisões de forma autocrática sem a participação do corpo docente da escola, indo na contramão do que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que em seu Art. 3º define a gestão democrática do ensino público como um de seus princípios “VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996), a mesma lei complementa em Art. 14 que tal gestão se dará da seguinte forma:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Ainda sobre a questão da gestão nas escolas de ensino presencial com mediação tecnológica e diante dos problemas encontrados na instituição pesquisada, observa-se a necessidade da SEDUC repensar a forma de gerir tal projeto. As escolas onde os alunos estudam são normalmente administradas através de parcerias, as instituições nas comunidades funcionam como anexo de outra na cidade, deste modo o diretor da instituição da zona urbana é o mesmo que responde pelos discentes das comunidades rurais no que diz respeito aos assuntos concernentes a SEDUC, como são muitas localidades com a presença do projeto fica inviável uma única pessoa conciliar tamanha responsabilidade, o ideal é que as escolas da zona rural fossem desmembradas e que houvesse um gestor ou uma equipe para gerenciar apenas o ensino mediado no município de forma que o mesmo tivesse tempo disponível para manter uma agenda de visitas nas comunidades para conhecer os problemas e buscar soluções.

Os recursos disponibilizados para a manutenção da escola e dos alunos no decorrer das alternâncias apresenta-se como algo a ser revisto, pois a SEDUC não vem disponibilizando materiais e suprimentos necessários o suficiente para o suprimento dos alunos e funcionamento da instituição no decorrer do ano letivo, indo na contramão do que preceitua a LDB que em seu



Art. 4º deixa claro que entre os deveres do Estado para com a educação básica encontra-se o seguinte: “VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1996).

CONCLUSÃO

O presente estudo encontrou uma série de deficiências por parte do poder público na prestação de serviços educacionais na escola pesquisada, problemas esses que vem interferindo diretamente na aprendizagem dos alunos. Deste modo, espera-se que com a divulgação das informações contidas neste trabalho, as autoridades venham de alguma forma despertar para o cumprimento das legislações vigentes, garantindo o acesso e a permanências dos discentes do campo na escola.

O desenvolvimento de mais pesquisas sobre a educação no meio rural também é uma necessidade que precisa ser sanada, pois apesar de todos os avanços alcançados nos últimos anos na área educacional nas comunidades do campo, ainda são poucos os estudos sobre esta temática. Desta forma, espera-se que este trabalho venha despertar o interesse de outros pesquisadores sobre o tema, já que o mesmo configura-se como algo amplo e complexo.

REFERÊNCIAS

AZÊDO, D. **Aprendizagem ativa no ensino médio mediado por tecnologia: uma abordagem didática para o desenvolvimento nas comunidades rurais no município de Parintins/AM.** Educação e o ensino contemporâneo: práticas, discussões e relatos de experiências. Vol. 2, DOI: 10.47573/aya.5379.2.76.12. Aya Editora, 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

CORRÊA, I. SILVA, M. **Educação do campo e o trabalho docente com as classes multisseriadas.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural da Amazônia. Capanema – PA, 2015.

GONZALEZ, M. **A arte da sedução pedagógica na tutoria em educação a distância.** In: GONZALEZ, M. **Fundamentos da tutoria em educação a distância.** São Paulo: Avercamp, 2005.

HAGE, S. **Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará.** Belém: Gutemberg, 2005.

HAGE, S. CRUZ, C. **Movimento de educação do campo na Amazônia paraense: ações e reflexões que articulam protagonismo, precarização e regulação.** 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

LUBIANA, A. **Educação mediada por tecnologia em uma comunidade de difícil acesso na Amazônia.** *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 16, e87366. Outubro de 2022.

MAIA, H. **Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no Estado do Amazonas: Um estudo sobre competências inerentes ao professor Presencial, no município de Manaus.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação: Universidad de Los Pueblos de Europa. Malaga: Espanha, 2010.

MAIA, H. **Competência docente no ensino a distantes.** Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC/AM. Centro de Mídias de Educação do Amazonas – CEMEAM. Manaus/AM – junho/2011.

MELO NETO, J. **Superando as barreiras naturais: a EAD na região amazônica.** In: Litto, F. M. e Formiga, M. (Orgs.). **Educação a Distância: o estado da arte.** Vol. 2. São Paulo: Editora Pearson Education, 2012.

MORAN, J. **Gestão inovadora da escola com tecnologias: Gestão Educacional e tecnologia.** Publicado em VIEIRA, Alexandre (org.). São Paulo, Avercamp, 2003.

NASCIMENTO, C. **Programa ensino médio presencial com mediação tecnológica: tempos e espaços escolares em transformação.** Dissertação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Instituto de Educação. Lisboa, 2018.

PRODANOV, C; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, 2013.



SILVA, M; MENEZES, E. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 4ª edição revisada e atualizada. Florianópolis, 2005.

VALENTE, J. (2011). **Educação a Distância: Pontos e Contrapontos**. SP. Ed. Summus.